



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026. PROCESSO Nº 012/2026

Preâmbulo

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA - MG**, por intermédio do Setor de Compras e Licitações, realizará a Licitação na **Modalidade Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, em sessão pública a ser realizada na **Plataforma de Licitações Licitanet** (www.licitanet.com.br) a qual, conforme especificado no **ANEXO I** deste edital.

Os trabalhos serão conduzidos pelo Sº. José Messias Soares, Pregoeiro Oficial, designado pela **Portaria nº 001/2026**, e pela Equipe de Apoio, integrada pela Srª Maria Alice dos Santos e Sr. Alfredo Eurípedes Borges, designados através da **Portaria nº 001/2026**, anexado aos autos do procedimento e regido pelas **Leis nº 14.133/21, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal nº 01/2024 e Decreto Municipal nº 02/2024** e, subsidiariamente pelo **Decreto Federal nº 10.024/2019, Decreto Municipal nº 09 de 2025**, com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, e no que couber e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas no presente edital.

O Edital e seus anexos poderão ser obtidos gratuitamente no site da Prefeitura Municipal de Douradoquara, através do endereço eletrônico <https://www.douradoquara.mg.gov.br/>, na Plataforma de Licitações Licitanet, através do endereço eletrônico www.licitanet.com.br e também no prédio sede da Prefeitura Municipal de Douradoquara, em dias e horários de expediente, a partir da data de sua publicação.

Toda e qualquer alteração que possivelmente ocorrer neste edital, tais como errata, adendo, suspensão ou revogação, deverá ser consultada pelos pretensos licitantes no endereço eletrônico www.licitanet.com.br, bem como, no site da Prefeitura Municipal e, <https://www.douradoquara.mg.gov.br/>.

A Administração não se responsabilizará caso o pretenso licitante não acesse o e-mail informado ou não visualize a alteração no site supracitado consequentemente desconhecendo o teor dos avisos publicados.

• LIMITE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:

Dia 26/03/2026 às 08h:00min (Oito horas)

• ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia 26/03/2026 às 08h:00min (Oito Horas).

Site para realização do pregão: www.licitanet.com.br

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção de soluções de telecomunicações, incluindo serviços de conectividade IP dedicada e links de comunicação via fibra óptica, gerenciamento de rede com proteção contra ataques DDoS, fornecimento de acesso à internet banda larga para áreas**



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

urbanas e rurais, aquisição e implementação de solução de segurança de rede Next Generation Firewall (NGFW), fornecimento de equipamentos e licenças, prestação de serviços de telefonia fixa comutada IP com estrutura de comunicações unificadas e PABX em nuvem, serviço móvel pessoal (SMP) pós-pago com tecnologia 4G ou superior, além da implantação de infraestrutura de rede sem fio corporativa, garantindo suporte técnico contínuo, conformidade com as normas da Anatel e atendimento às necessidades do Município de Douradoquara/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. Licitação Regionalizada nos termos do Decreto Municipal nº 09 de 2025, com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Podem participar deste Pregão Eletrônico, realizado via internet, os interessados pessoas jurídicas cujo escopo de atividade seja pertinente ao objeto da licitação, que cumpram todas as exigências contidas neste Edital e na legislação pertinente, incluindo a documentação necessária, e que estejam devidamente credenciados no site <https://licitanet.com.br/>.

2.1 Os licitantes são os únicos responsáveis por todas as transações efetuadas em seu nome. Eles devem assumir a integral veracidade de suas propostas e lances, incluindo os atos praticados por eles próprios ou por seus representantes. Ressalta-se que o provedor do sistema ou o órgão/entidade promotora da licitação não assumem responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido das credenciais de acesso, mesmo que por terceiros.

2.2 É de responsabilidade do cadastrado verificar a precisão de seus dados cadastrais no sistema mencionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos competentes. Caso identifiquem incorreções ou desatualizações, devem realizar imediatamente a correção ou atualização dos registros, uma vez que a não observância desse requisito pode ensejar a desclassificação no momento da habilitação.

2.3 Salienta-se que serão aplicadas disposições favoráveis às empresas microempresas, empresas de pequeno porte, sociedades cooperativas (conforme mencionado no artigo 16 da Lei nº 14.133 de 2021), e microempreendedores individuais (MEI), nos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123 de 2006 (se for o caso).

2.4 A participação nesta licitação implica na aceitação integral das condições estabelecidas neste Edital e a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive em relação a recursos. O não cumprimento destas condições resultará no impedimento sumário do licitante neste certame.

2.5 Não serão aceitas alegações de desconhecimento dos itens do Edital ou reclamações quanto ao seu conteúdo por parte dos licitantes após a abertura do certame. As licitantes devem ler atentamente o Edital e seus anexos antes de elaborar suas propostas e garantir que estas estejam em conformidade com as especificações bem como o Termo De Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

2.6 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, o licitante deve declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre integralmente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como com a descrição técnica constante do Termo De Referência.

2.7 Mesmo sem declaração expressa, a apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições estipuladas no Edital, seus Anexos e no Termo de Referência, sem prejuízo da estrita observância das normas previstas na legislação mencionada no preâmbulo do Edital.

2.8 Declarar falsamente o cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta sujeita a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.9 Não podem participar do Pregão Eletrônico empresas que se enquadrem nas seguintes situações:

a) Consórcio de empresas, independentemente de sua forma de constituição;

“Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, “salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio (...)”. No presente caso, a vedação quanto à participação de consórcio de empresas não limitará a competitividade. Ademais, trata-se de ato discricionário da Administração, considerando que “admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto”. (Marçal Justen Filho, (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410). Não obstante, a participação de consórcios é recomendável quando o objeto licitado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não traduz o caso em apreço. Além disso, a admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois possibilita a união de concorrentes com potencial para bem disputar entre si, comprometendo, assim, a seleção da proposta mais vantajosa pela Administração. Nesse sentido, justifica-se a não participação de consórcio no presente certame”.

b) Empresas em processo de recuperação judicial, falência ou sob concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação. Exceção: A participação de empresas em recuperação judicial é possível, desde que seja amparada por certidão emitida pela instância judicial competente, que ateste a capacidade econômica e financeira do interessado para participar de procedimentos licitatórios nos termos da Lei nº 14.133/2021 (TCU, Acórdão 8.271/2011-2ª Cam., DOU de 04/10/2011).

c) Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

d) Empresas temporariamente suspensas do direito de licitar e contratar com este Município;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- e) Empresas enquadradas nas vedações do artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.
- f) Qualquer empresa que mantenha vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que participe da licitação, fiscalização ou gestão do contrato, ou que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau;
- g) Agentes públicos do órgão ou entidade contratante não podem, direta ou indiretamente, participar da licitação ou da execução do contrato, com respeito a situações que configurem conflito de interesses, conforme o § 1º do artigo 9º da Lei n.º 14.133, de 2021;
- h) Pessoa jurídica que seja autora do anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, quando a licitação se relacionar a serviços ou fornecimento de bens vinculados a esses projetos;
 - 1) Não é permitida a participação de pessoas jurídicas que integrem listas de sancionados por agências oficiais de cooperação estrangeira ou organismos financeiros internacionais com recursos de financiamento ou contrapartida nacional, ou que tenham sido declaradas inidôneas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 em licitações e contratações relacionadas a projetos e programas parcialmente financiados por essas entidades.
- J) A proibição também se estende a terceiros que auxiliem na condução da contratação como membros da equipe de apoio, profissionais especializados ou funcionários de empresas que prestam assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente, os documentos de habilitação exigidos no edital, e a proposta de preços com a descrição do objeto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 3.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 3.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelos ônus decorrentes da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.4. Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.
- 3.5. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação da licitante melhor



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.2. Item, que deverá ser compatível com o Anexo I - Termo de Referência.

4.3. Preço unitário e total do lote, em algarismos, apurados à data de sua apresentação, expressos em moeda corrente nacional, incluindo, além do lucro, todas as despesas resultantes de impostos, taxas, tributos, fretes e demais encargos, assim como todas as despesas diretas ou indiretas relacionadas com o integral fornecimento do objeto da presente licitação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

4.4. Indicação de marca ou procedência que identifiquem o objeto cotado, em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

4.5. Prazo de entrega: o prazo de entrega dos serviços será de até 10 (Dez) dias, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento acompanhada da Nota de Empenho;

4.6. O Prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados da data da sessão de processamento do Pregão Eletrônico.

4.7. Declaração impressa na proposta de que os produtos ofertados atendem todas as especificações exigidas no Anexo I;

4.8. Declaração impressa na proposta de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado;

4.9. Não serão admitidas cotações inferiores à quantidade previstas neste Edital nem com preterição de município.

4.10. A proposta de preços, preenchida conforme Modelo de Proposta de Preços - Anexo IV deste edital, além dos preços, marca ou procedência e descrição detalhada, deverá ainda conter:

- a) Razão social, endereço completo e CNPJ da licitante, referência ao número do Pregão.
- b) Meios de comunicação disponíveis para contato, por exemplo, telefone e endereço eletrônico.
- c) Qualificação do preposto autorizado a firmar o contrato/ata, tais como, nome completo, CPF, carteira de identidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).

5.1.3. Também será desclassificada a proposta que identifique o Licitante.

5.1.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sendo contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.1.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.1.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os Licitantes.

5.1.8. Iniciada a etapa competitiva, os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.1.9. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.1.10. Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.1.11. O Licitante somente poderá oferecer lance de menor valor ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de 10,00 (dez reais).

5.1.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será livre para o item.

5.1.13. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

5.1.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA**



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

“**ABERTO**”, em que os Licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.1.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.1.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.1.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a fase competitiva encerrar-se-á automaticamente.

5.1.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.1.19. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

5.1.20. Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º (primeiro) lugar.

5.1.21. O lance final não deverá estar com valor superior ao valor estimado pelo município (referente ao valor unitário do item conforme Anexo IV do edital) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.

5.2. Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.

5.2.1. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.2.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.2.3. O Critério de julgamento adotado será o menor preço por lote conforme definido neste edital e seus anexos.

5.2.4. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.2.5. A ordem de apresentação pelos Licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto.

5.2.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

aquele previsto no art. 60, da Lei Federal nº 14.133/21, nessa ordem:

5.2.7. aplicação da regra do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006, se houver microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de até 5% [cinco por cento] acima da proposta melhor classificada, caso em que terá a referida empresa a oportunidade de cobrir a oferta de primeiro lugar, observado o rito previsto no item 10.1, deste Edital.

5.2.8. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.2.9. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei de Licitações;

5.2.10. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme o regulamento definido no Decreto Federal nº 11.430/2023;

5.2.11. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.3. Persistindo o empate, serão assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.3.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;

5.3.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.3.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009;

5.4. Será desclassificada a proposta que:

5.4.1. contiver vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

5.4.3. Considera-se inexequível a proposta que apresente preço global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio Licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

5.4.3.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir da licitante que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do *caput* do artigo 59, da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.5.1. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

5.5.2. O pregoeiro poderá solicitar ao Licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

5.6. Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

5.7. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

5.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes.

5.8.1. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.8.2. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.8.3. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.8.4. Após a negociação pelo pregoeiro, terá o seu resultado divulgado a todos os licitantes.

5.8.5. A licitante classificada em primeiro lugar será notificada pelo pregoeiro a apresentar, o prazo de até 2 [duas] horas os documentos relativos à habilitação, que deverão ser anexados na plataforma ou, em todo caso, encaminhados pelo e-mail: licitacaodouradoquara@gmail.com em configuração PDF, cuja relação encontra-se no item 11, deste Edital.

5.8.6. O prazo para envio dos documentos poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro, mediante justificativa da licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.9. Apresentados os documentos de habilitação, não será permitida substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

5.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

5.9.2. Atualização de documento cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.9.3. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

5.10. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

5.10.1. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

5.10.2. Na sequência, observar-se-á para a nova licitante o disposto nos itens 8.4 a 8.6, deste Edital.

5.10.3. Constatando o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Após a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à sua adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para a contratação, conforme estabelecido no Edital e seus anexos, com atenção às disposições do Decreto Municipal n.º 001 de 2024.

6.1.01. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

6.1.02. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar um preço final superior ao preço máximo estabelecido ou que apresentar um preço manifestamente inexequível.

6.2. Entende-se como inexequível a proposta que contenha preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, que sejam incompatíveis com os preços de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

mercado dos insumos e salários, acrescidos dos devidos encargos. Isso se aplica mesmo quando o edital da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, a menos que se refira a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parte ou a totalidade da remuneração.

6.3. Qualquer interessado pode solicitar a realização de diligências para avaliar a exequibilidade e a legalidade das propostas, desde que apresentem provas ou indícios que fundamentem a suspeita.

6.4. Caso seja necessário suspender a sessão pública para a realização de diligências a fim de sanar as propostas, a sessão pública só pode ser reiniciada após um aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência é registrada em ata.

6.5. O Pregoeiro pode convocar o licitante para enviar documentos digitais adicionais, por meio de uma funcionalidade disponível no sistema, dentro do prazo de 2 horas. A não apresentação desses documentos dentro desse prazo pode levar à não aceitação da proposta.

6.6. O prazo estabelecido pode ser prorrogado pelo Pregoeiro, mediante solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, desde que seja feita antes do fim do prazo e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

6.7. Entre os documentos que o Pregoeiro pode solicitar, estão aqueles que contenham as características do material ofertado, como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações relevantes, como catálogos, folhetos ou propostas, enviados por meios eletrônicos ou, se necessário, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro. Isso deve ser feito sem prejuízo do envio posterior pelo sistema eletrônico, sob pena de nãoaceitação da proposta.

6.8. Se a proposta ou o lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.9. Caso seja necessário, o Pregoeiro suspenderá a sessão e informará no "chat" a nova data e horário para a continuidade.

6.10. O Pregoeiro pode encaminhar uma contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o objetivo de negociar um preço melhor, desde que respeitando as condições estabelecidas no Edital.

6.11. Nas situações em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar para a seguinte, ele pode negociar com o licitante para obter um preço mais vantajoso.

6.12. Essas negociações são feitas por meio do sistema e podem ser acompanhadas pelos demais licitantes.

6.12.1. Após concluir a avaliação da aceitação das propostas, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

7. DA AMOSTRA

7.1. Não se aplica.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Conforme descrito no Termo de Referência.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.douradoquara.mg.gov.br e licitação.douradoquara@gmail.com

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. deixar de apresentar amostra, se for o caso;

10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5. fraudar a licitação

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial. 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado. 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico: licitação.douradoquara@gmail.com

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.douradoquara.mg.gov.br e licitaco.douradoquara@gmail.com

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

12.11.4. ANEXO IV – Modelo Proposta de Preços

Douradoquara - MG, 09 de Março de 2026.

Valtemar Marques Soares
Secretario de Adm. e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

Condições gerais da contratação, Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção de soluções de telecomunicações, incluindo serviços de conectividade IP dedicada e links de comunicação via fibra óptica, gerenciamento de rede com proteção contra ataques DDoS, fornecimento de acesso à internet banda larga para áreas urbanas e rurais, aquisição e implementação de solução de segurança de rede Next Generation Firewall (NGFW), fornecimento de equipamentos e licenças, prestação de serviços de telefonia fixa comutada IP com estrutura de comunicações unificadas e PABX em nuvem, serviço móvel pessoal (SMP) pós-pago com tecnologia 4G ou superior, além da implantação de infraestrutura de rede sem fio corporativa, garantindo suporte técnico contínuo, conformidade com as normas da Anatel e atendimento às necessidades do Município de Douradoquara/MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 01: Plano Técnico de Implementação de Links, VPN e Infraestrutura de Rede.

Rede: Contém as especificações técnicas dos links de comunicação e da infraestrutura necessária para a prestação dos serviços.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VELOCIDADE (MBPS)CONECT IVIDADE: FIBRA ÓPTICA	TIPO	QTD. PONTOS INSTALA ÇÃO	QTD. ROUTER WI-FI	VALOR MENSAL
1	1	Implementação, configuração, operação e manutenção de um link dedicado de 50 Mbps via fibra óptica, garantindo comunicação privada segura (VPN MPLS) e acesso à internet. Cessão em regime de comodato dos equipamentos	50 Mbps	Link Dedicad o e VPN MPLS	3	2	



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

		necessários e 2 roteadores wireless.					
1	2	Implementação, configuração, operação e manutenção de um link dedicado de 100 Mbps via fibra óptica, garantindo comunicação privada segura (VPN MPLS) e acesso à internet. Cessão em regime de comodato dos equipamentos necessários e 2 roteadores wireless.	100 Mbps	Link Dedicado e VPN MPLS	4	2	
1	3	Implementação, configuração, operação e manutenção de um link dedicado de 200 Mbps via fibra óptica, garantindo comunicação privada segura (VPN MPLS) e acesso à internet. Cessão em regime de comodato dos equipamentos necessários e 2 roteadores wireless.	200 Mbps	Link Dedicado e VPN MPLS	5	2	
		Implementação, configuração,	300 Mbps	Link Dedicado			



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

1	4	operação e manutenção de um link dedicado de 300 Mbps via fibra óptica, garantindo comunicação privada segura (VPN MPLS) e acesso à internet. Cessão em regime de comodato dos equipamentos necessários e 4 roteadores wireless.		o e VPN MPLS	2	4	
1	5	Implementação, configuração, operação e manutenção de um link de 400 Mbps via fibra óptica para acesso à internet. Cessão em regime de comodato dos equipamentos necessários e 1 roteadores wireless.	400 Mbps	Link Gpon Link Compartilhado	2	1	
1	6	Implementação, configuração, operação e manutenção de um link de 600 Mbps via fibra óptica para acesso à internet. Cessão em regime de comodato dos	600 Mbps	Link Gpon Link Compartilhado	2	2	



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

		equipamentos necessários e 2 roteadores wireless.					
1	7	Implementação, configuração, operação e manutenção de um link de 1.000 Mbps via fibra óptica para acesso à internet. Cessão em regime de comodato dos equipamentos necessários e 2 roteadores wireless.	1 Gbps	Link Gpon Link Compartilhado	2	2	
Total Mensal							

Tabela 02 – Dimensionamento e Configuração dos Serviços de Telecomunicações:
Especifica os serviços de telefonia, equipamentos e quantidades necessárias para a implementação da solução.

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UN.	TECNOLOGIA	QTD. MESES	VALOR UNT. MENSAL
2	1	2 LINHAS INDIVIDUAIS - TECNOLOGIA SIPTRUNK 1.600 MINUTOS INCLUSO 5 ACESSOS SIMULTÂNEOS MAIS INSTALAÇÃO	UN.	FIBRA	12	R\$ 193,30
2	2	8 GATEWAYS FXS E ONU COM FXS PARA CONVERSÃO DE RAMAIS IP	UN.	FIBRA GATEWAYS FXS TELEFONES IP	12	R\$ 279,87



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

		EM APARELHOS TELEFÔNICOS				
2	1	IPABX 08 RAMAIS IP	UN.	RAMAIS IP PARA COMUNICAÇ ÃO E PLATAFORM A WEB.	12	R\$ 259,87
2	1	PLANO VLAN DEDICADA VOZ CORPORATIVO	UN.	REDE IP DEDICADA VOZ - SDWAN	12	R\$ 224,97
2	1	3 PLANOS MÓVEL 10 GB ACUMULATIVO E VOZ	UN.	IP VÁLIDO VARIÁVEL FORA CGNAT	12	R\$ 263,28
Total Mensal		R\$ 1.221,29				

1.1. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Instrumento Contratual, podendo ser prorrogado caso necessário;

1.3. A Minuta do Instrumento Contratual oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. As quantidades a serem contratadas foram definidas com base em um diagnóstico criterioso das necessidades específicas de cada unidade administrativa do Município de DOURADOQUARA/MG. Esse estudo teve como objetivo garantir a adequação dos serviços de telecomunicações às demandas operacionais da administração pública, promovendo maior eficiência na comunicação interna, segurança da informação e modernização da infraestrutura tecnológica. A relação detalhada dos locais que receberão os serviços será disponibilizada por um técnico responsável pela distribuição dos pontos de atendimento.

1.5. Diagnóstico e Planejamento da Contratação

15.1. A Administração Municipal, compreendendo a necessidade imperativa de modernização e integração de seus processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), realizou uma análise detalhada da situação atual. Esse diagnóstico abrangeu:

I- Levantamento dos equipamentos existentes e suas condições operacionais;

II- Estudo das necessidades de expansão da rede e otimização dos serviços de telefonia;

III- Identificação das deficiências na comunicação entre secretarias e órgãos municipais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

IV- Avaliação de riscos relacionados à segurança da informação e conformidade com normas de proteção de dados.

1.6 Durante a fase de planejamento interno, foram conduzidas consultas aos usuários internos, estudos comparativos de soluções disponíveis no mercado, apresentações técnicas de fornecedores e pesquisas de preços. Esse processo permitiu a definição de requisitos alinhados às legislações aplicáveis e às diretrizes dos órgãos de controle externo, garantindo conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais normas vigentes

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justificativa (Motivação) Da Contratação

2.1.1 **A presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e operacionais do Município de DOURADOQUARA/MG, por meio da implementação e manutenção de soluções de telecomunicações modernas e seguras. A contratação abrange serviços de conectividade IP dedicada, links de comunicação via fibra óptica, gerenciamento de rede com proteção contra-ataques cibernéticos, telefonia fixa IP, PABX em nuvem, serviço móvel pessoal (SMP) e infraestrutura de rede sem fio corporativa, conforme detalhado no Termo de Referência.**

2.1.2 As demandas específicas e os objetivos estratégicos da administração municipal com essa contratação. Destacam-se como principais finalidades:

- I. Garantir a **modernização da infraestrutura de comunicação do município**, ampliando a cobertura da rede de internet e telefonia nas unidades administrativas, escolas, postos de saúde e demais órgãos públicos;
- II. Viabilizar a **conectividade entre as unidades administrativas municipais**, assegurando comunicação rápida e segura por meio de redes privadas virtuais (VPNs) e telefonia IP integrada;
- III. Atender **obrigações legais e normativas** da administração pública, incluindo conformidade com as regras da **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Decreto nº 10.540/2020 (SIAFIC) e regulamentações da ANATEL**;
- IV. Implementar **medidas robustas de segurança cibernética**, por meio da **adoção de Next Generation Firewall (NGFW), mitigação de ataques DDoS e monitoramento contínuo** dos serviços contratados;
- V. Proporcionar um ambiente tecnológico alinhado às **melhores práticas do setor**, permitindo a escalabilidade dos serviços de telecomunicações e a integração com soluções futuras.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

2.1.3 Foram estabelecidos os requisitos técnicos e funcionais essenciais para a contratação, garantindo que a solução contratada atenda plenamente às necessidades do município. Entre os principais requisitos, destacam-se:

- I. Disponibilização de **links de comunicação de alta disponibilidade via fibra óptica**, garantindo **baixa latência, alta taxa de transferência e suporte a aplicações críticas** da administração pública;
- II. Fornecimento de **telefonia IP com PABX em nuvem e integração unificada**, permitindo comunicação eficiente entre todas as unidades administrativas;
- III. Prestação de serviços de **suporte técnico contínuo, monitoramento proativo e atualização dos equipamentos fornecidos em comodato**;
- IV. Implementação de **infraestrutura de segurança de rede**, incluindo **firewalls de última geração (NGFW), controle de tráfego e políticas avançadas de segurança**;
- V. Atendimento aos **critérios de interoperabilidade e escalabilidade**, possibilitando futuras expansões da rede sem necessidade de substituição completa dos sistemas implantados.

2.1.4 Demonstrativo dos Resultados Pretendidos, foram elencados os impactos positivos esperados com a contratação, incluindo:

- I. **Maior eficiência na comunicação interna da administração pública, reduzindo falhas operacionais decorrentes de problemas de conectividade e telefonia;**
- II. **Aprimoramento da segurança cibernética, minimizando riscos de vazamento de dados e indisponibilidade dos serviços essenciais devido a ataques externos;**
- III. **Redução de custos operacionais a médio e longo prazo, por meio da adoção de telefonia IP em substituição à telefonia convencional, otimizando os gastos públicos;**
- IV. **Melhoria na qualidade dos serviços prestados à população, garantindo que unidades de saúde, escolas, segurança pública e demais órgãos municipais disponham de conectividade confiável e suporte técnico adequado;**
- V. **Flexibilização e escalabilidade da infraestrutura de telecomunicações, permitindo ajustes e ampliações conforme as necessidades da administração municipal.**

2.1.5 Dessa forma, a contratação dos serviços especificados não apenas atende às demandas operacionais da administração pública, mas também se alinha às melhores práticas de gestão de telecomunicações, garantindo inovação, segurança e eficiência na prestação dos serviços públicos. A escolha da solução proposta foi embasada em análises técnicas rigorosas, estudos de viabilidade e considerações estratégicas, assegurando que o investimento realizado contribuirá diretamente para a modernização da administração municipal e a otimização dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 Contratação de empresa especializada para o fornecimento, instalação e manutenção de soluções de telecomunicações, abrangendo:

3.1.1 Lote 1: Serviços de Conectividade e Internet

I. Conectividade IP dedicada e links de comunicação via fibra óptica para garantir alta disponibilidade e baixa latência na comunicação interna da administração municipal.

II. Conectividade IP Compartilhada e links de comunicação via fibra óptica, assegurando conectividade eficiente para as unidades administrativas.

III. Gerenciamento de rede com proteção contra-ataques DDoS e implementação de firewall de última geração (NGFW), garantindo a segurança da infraestrutura digital do município.

IV. Implementação de solução de segurança de rede, incluindo ferramentas de monitoramento, controle de tráfego e proteção contra ameaças cibernéticas.

V. Implantação de infraestrutura de rede sem fio corporativa, garantindo cobertura Wi-Fi eficiente nas áreas determinadas.

VI. Interligação dos pontos da Prefeitura Municipal por meio de uma VPN MPLS (Multiprotocol Label Switching), garantindo segurança, segmentação de tráfego e alta disponibilidade para as comunicações institucionais.

VII. Cessão dos equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo roteadores, switches, modems e demais dispositivos para a correta operação da solução contratada.

3.1.2 Lote 2: Serviços de Telefonia Fixa e Móvel

I. Prestação de serviço de telefonia fixa comutada IP, integrando estrutura de comunicações unificadas (UC) e PABX em nuvem, garantindo escalabilidade e gerenciamento centralizado.

II. Serviço Móvel Pessoal (SMP) pós-pago com tecnologia 4G ou superior, assegurando ampla cobertura e conectividade estável para servidores e gestores municipais.

III. Cessão dos equipamentos necessários à execução dos serviços, incluindo telefones IP compatíveis com o PABX virtual e demais dispositivos para plena operação.

IV. Realização da portabilidade numérica dos números telefônicos existentes, sempre que tecnicamente viável, ou fornecimento de novas numerações conforme a necessidade do município.

V. Fornecimento e instalação de cabeamento estruturado, incluindo fios, conectores, racks e demais acessórios necessários à integração da telefonia IP e à infraestrutura de rede.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

3.2 REQUISITOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS

3.2.1 A empresa contratada deverá garantir que os serviços e equipamentos atendam plenamente às exigências funcionais e não funcionais, assegurando a integração, a segurança e a escalabilidade da infraestrutura de telecomunicações do município.

3.2.2 Planejamento da Implementação e Ciclo de Vida do Objeto

3.2.2.1 A execução dos serviços será planejada para evitar interrupções nos serviços públicos e garantir a continuidade operacional da administração municipal. O ciclo de vida do objeto compreenderá as seguintes fases:

- I. Fornecimento, instalação e ativação dos serviços e equipamentos, conforme determinado por técnico responsável pela distribuição no município.
- II. Configuração e integração dos sistemas de telefonia IP e PABX em nuvem com os serviços já existentes, garantindo a comunicação institucional sem falhas.
- III. Migração e ativação dos números telefônicos existentes, com portabilidade sempre que possível ou aquisição de novas numerações caso necessário.
- IV. Gerenciamento, monitoramento e manutenção contínua da infraestrutura de telecomunicações, garantindo alta disponibilidade, estabilidade e segurança dos serviços prestados.
- V. Treinamento e capacitação dos servidores municipais, assegurando que os usuários tenham pleno domínio do funcionamento e operação dos sistemas implantados.
- VI. Garantia da atualização tecnológica e conformidade regulatória, promovendo a manutenção da infraestrutura conforme as inovações do mercado e as exigências legais aplicáveis.

3.2.3 Escalabilidade e Expansão da Solução

3.2.3.1 A solução contratada deverá ser escalável, permitindo futuras expansões e adequações tecnológicas, sem necessidade de substituição completa dos sistemas implementados. A tecnologia adotada deverá garantir compatibilidade com novos padrões de conectividade e telecomunicações, assegurando que o município possa evoluir sua infraestrutura conforme as necessidades futuras.

3.3 REQUISITOS ESPECÍFICOS

3.3.1 Lote 1: Serviços de Conectividade e Internet

3.3.1.1 Conectividade IP

- I. Fornecimento de links de comunicação via fibra óptica dedicada, com capacidades escaláveis entre 10 Mbps a 1 Gbps, garantindo banda simétrica (upload/download) e alta disponibilidade.
- II. A Contratada deverá utilizar a tecnologia de encaminhamento de pacotes baseada em rótulos (labels) por meio do protocolo MultiProtocol Label Switching (MPLS), de modo a garantir um isolamento completo do tráfego com a criação de tabelas de "labels" exclusivas de cada VPN ligando os "nós de rede" ao servidor Firewall da Prefeitura Municipal de DOURADOQUARA; possibilitando, ainda: acesso corporativo a servidores de aplicações centralizadas como sistemas corporativos, e-mail e Intranet; a formação de redes para compartilhamento de arquivos; integração de sistemas de telefonia; formação de sistemas de videoconferência; acesso remoto aos sistemas públicos entre outros nos pontos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

III. A conexão deverá possuir garantia de 100% da largura de banda contratada, sem compartilhamento com outros clientes da operadora no caso do link dedicado.

IV. A Contratada deverá garantir o Ping máximo de 20ms para conectividades do tipo fibra-óptica.

V. Configuração de IP fixo e blocos de IPs públicos e válidos, conforme necessidade da Prefeitura.

3.3.1.2 Conectividade para Locais sem Disponibilidade de IP Dedicado

I. Fornecimento de link de internet banda larga empresarial, garantindo conectividade estável e contínua, com capacidade escalável entre 300 Mbps e 1 Gbps, assegurando disponibilidade mínima de 50% da velocidade nominal contratada, conforme variações de tráfego da operadora.

II. Monitoramento e gerenciamento remoto dos links alternativos, com alertas automáticos de falhas e degradação do desempenho.

3.3.1.3 Infraestrutura de Rede Wireless

I. Fornecimento e instalação de rede sem fio corporativa gerenciada (Wi-Fi empresarial), permitindo roaming contínuo entre os pontos de acesso e autenticação integrada aos sistemas da Prefeitura.

II. Disponibilização de access points de alta densidade (Wi-Fi 6 ou superior), com suporte a múltiplas SSIDs e controle de usuários via portal cativo.

III. Implementação de firewall e políticas de segurança específicas para usuários conectados via Wi-Fi, incluindo isolamento de redes e restrições de tráfego.

IV. Monitoramento centralizado e relatórios de tráfego detalhados, garantindo controle sobre acessos e consumo de banda.

3.3.1.4 Firewall e Proteção contra DDoS

I. Implementação de um Next Generation Firewall (NGFW) para inspeção profunda de pacotes (DPI), prevenção de intrusões (IPS/IDS), filtragem de tráfego web, controle de aplicativos e VPN corporativa.

II. A solução deve suportar regras avançadas de segurança, políticas de QoS (Qualidade de Serviço) e segmentação de rede para diferentes serviços da Prefeitura.

III. Implementação de proteção contra-ataques DDoS (Distributed Denial of Service), com mitigação automática e monitoramento contínuo do tráfego.

IV. Integração com sistemas de segurança existentes, autenticação via Active Directory (LDAP), autenticação de dois fatores (2FA) e logs detalhados de acesso.

3.3.1.5 Roteador Dedicado

I. Fornecimento, instalação e configuração de roteadores empresariais de alto desempenho, compatíveis com as exigências de tráfego do município.

II. Equipamentos devem suportar VPN MPLS, roteamento dinâmico (BGP/OSPF), segmentação VLAN, QoS avançado e gerenciamento remoto.

III. Roteadores devem ser redundantes e escaláveis, permitindo futura expansão da rede sem necessidade de substituição completa dos equipamentos.

IV. Gerenciamento centralizado e acesso via interface web ou CLI, com logs de eventos e alertas em tempo real.

3.3.2 Lote 2: Serviços de Telefonia Fixa e Móvel

3.3.2.1 PABX Virtual Avançado

I. Solução de PABX Virtual hospedada em datacenter redundante, garantindo alta disponibilidade e continuidade do serviço.

a. PABX virtual com capacidade para até 500 ramais IP. (12 iniciais)

II. Ramais entregues em link de fibra óptica dedicado com aparelho ONU conversor telefônico em comodato para toda localidade que possuir um link de internet.

III. Configuração de todos os ramais, linhas e complementos serão administradas em ambiente



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

WEB pelo departamento de T.I. da prefeitura que terá suporte e acesso com níveis de SLA incluso.

IV. Capacidade para até 500 ramais IP, permitindo uma comunicação integrada e escalável entre todas as unidades administrativas do município.

V. Compatibilidade com SIP Trunk, viabilizando conectividade com operadoras de telefonia e reduzindo custos operacionais.

VI. Gerenciamento centralizado, possibilitando configuração remota de ramais, filas de atendimento e regras de roteamento de chamadas.

3.3.2.2 Chamadas Ilimitadas

I. Plano de chamadas ilimitadas, abrangendo ligações locais, interurbanas (DDD) e chamadas para celulares de qualquer operadora nacional (2.000 minutos mínimo).

II. Monitoramento e controle de custos, com acesso a relatórios detalhados de consumo, duração de chamadas e categorização por setor.

3.3.2.3 E1 com 02 Canais e 5 DDRs iniciais.

I. Link E1 com 02 canais simultâneos, entregue via fibra óptica dedicada, garantindo estabilidade e qualidade de chamadas.

II. Inclusão de 5 DDRs (Discagem Direta ao Ramal), permitindo que cada setor Municipal tenha números diretos para atendimento específico.

III. Fornecimento de gateway conversor digital/IP em comodato, assegurando compatibilidade entre redes digitais e analógicas.

IV. Configuração de busca automática de chamadas, garantindo distribuição eficiente entre os canais disponíveis.

3.3.2.4 Números 0800

I. Fornecimento de 01 número 0800, possibilitando que os cidadãos entrem em contato gratuitamente com os serviços municipais.

II. Suporte à configuração de URA (Unidade de Resposta Audível), permitindo direcionamento automático das chamadas para os setores competentes.

3.3.2.5 Cessão de Telefones IP ou analógicos ou sem fio em Comodato

I. Fornecimento integral de 12 (doze) telefones em comodato, eliminando a necessidade de aquisição de equipamentos pela administração Municipal.

II. Os telefones IP ou analógicos ou sem fio disponibilizados atenderão às especificações de alta qualidade, com suporte a chamadas VoIP, áudio em alta definição e integração com o PABX Virtual.

III. Os aparelhos cedidos contarão com recursos avançados, incluindo:

- a) Display digital para identificação de chamadas.
- b) Suporte a conferências e redirecionamento de chamadas.
- c) Conectividade via cabo de rede ou Wi-Fi, dependendo da infraestrutura do local.
- d) Compatibilidade com headsets para otimização do atendimento ao público.

3.3.2.6 Portabilidade Numérica

I. Realização da portabilidade dos números telefônicos existentes, assegurando a continuidade dos serviços municipais sem alteração nas numerações já divulgadas à população.

II. Fornecimento de novas numerações conforme necessário, atendendo à expansão das atividades municipais.

3.3.2.7 Software de Telefonia para Dispositivos Móveis

I. Disponibilização de aplicativo compatível com Android e iOS, permitindo que os servidores utilizem a telefonia Municipal diretamente em dispositivos móveis.

II. Integração com o PABX Virtual, transformando celulares em ramais internos, reduzindo custos e aumentando a flexibilidade da comunicação.

III. Suporte a chamadas VoIP, videoconferências e mensagens de voz, com armazenamento seguro e acessível apenas por usuários autorizados.

3.3.2.8 Gravação de Chamadas e Relatórios Avançados



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

- I. Identificação detalhada de chamadas, incluindo número de origem e destino, data, horário e tempo de ligação.
- II. Gravação automática de chamadas, armazenadas em nuvem e protegidas por controle de acesso e auditoria.
- III. Relatórios detalhados, abrangendo:
 - a) Estatísticas de atendimento por setor e atendente.
 - b) Tempo médio de espera e duração das chamadas.
 - c) Registro de chamadas atendidas, efetuadas e perdidas.

3.3.2.9 Infraestrutura de Cabeamento e Instalação

- I. Fornecimento e instalação de cabeamento estruturado completo, incluindo fios, conectores, racks, pontos de rede e demais acessórios necessários para a integração eficiente da telefonia IP.
- II. Adequação da infraestrutura física, garantindo organização, segurança e desempenho otimizado da comunicação digital.

3.3.2.10 Outros

- I. Identificador de chamadas, relatórios detalhados em tempo real, gravações de chamadas, filas de espera, filas de atendimento, ura, músicas de espera personalizadas, níveis de acesso, painéis de monitoria web, categoria de ligações de ramais, agenda telefônica, dentre outras funcionalidades.

3.3.3 SUPORTE TÉCNICO

3.3.3.1 Chamados Ilimitados: As solicitações deverão ser registradas via sistema de chamados, contendo data, hora, descrição do problema e prioridade.

3.3.3.2 Atendimento Especializado: O suporte será prestado por técnicos capacitados, com acesso remoto para diagnóstico e resolução de problemas.

3.3.3.3 Disponibilidade 24x7: Atendimento via telefone 0800, portal web e chat, garantindo suporte ininterrupto (24h, 7 dias por semana), com tempo de resposta de até 4 horas para falhas críticas.

3.3.3.4 Monitoramento Ativo: A contratada deverá prover sistema de monitoramento remoto, identificando falhas e prevenindo indisponibilidades.

3.3.3.5 Relatórios Periódicos: Deverão ser disponibilizados relatórios de chamados, incluindo histórico de atendimento e tempo de resposta, para controle da qualidade do suporte.

3.3.4 MANUTENÇÃO

3.3.4.1 A contratação incluirá a obrigação de manutenção contínua e atualização de versões dos serviços de telecomunicações, segurança de rede e telefonia IP.

3.3.4.2 Deverá incluir correção eletrônica e/ou manual de falhas nos sistemas em uso, garantindo:

- I. Operação contínua e estabilidade da infraestrutura contratada.
- II. Preservação das configurações e customizações existentes.
- III. Correção de vulnerabilidades e aplicação de atualizações de segurança.

3.3.4.3 A contratada deverá realizar a substituição sem custos adicionais de equipamentos defeituosos, incluindo:

- I. Roteadores, switches, gateways e telefones IP.
- II. Garantia de continuidade do serviço sem interrupções.

3.3.5 TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

3.3.5.1 A contratada deverá fornecer treinamento especializado para os servidores municipais responsáveis pela gestão e operação dos serviços contratados. O treinamento deverá abranger:

- I. Configuração e Administração dos Sistemas Contratados:
 - a) Gerenciamento dos serviços de internet, firewall e telefonia IP.
 - b) Administração da infraestrutura de conectividade, segurança de rede e telefonia



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

fixa/móvel.

- c) Uso adequado do Next Generation Firewall (NGFW) e proteção contra-ataques DDoS.
- II. Gestão de Incidentes e Monitoramento da Infraestrutura de Telecomunicações:
 - a) Identificação e solução de falhas nos serviços de internet, telefonia e segurança.
 - b) Monitoramento de desempenho e disponibilidade da rede e dos serviços de telefonia.
 - c) Utilização de relatórios de chamados e métricas de SLA para acompanhamento da prestação de serviços.
- III. Boas Práticas de Segurança da Informação e Conformidade com a LGPD:
 - a) Controle de acessos e rastreamento de atividades na infraestrutura contratada.
 - b) Política de backup e recuperação de dados para garantir a integridade das informações.
- IV. Capacitação no Uso de Ferramentas de Suporte e Atendimento a Chamados Técnicos:
 - a) Procedimentos para abertura e acompanhamento de chamados via portal web, telefone 0800 e chat.
 - b) Utilização das plataformas de suporte técnico remoto e monitoramento contínuo.
 - c) Classificação de chamados e critérios para acionamento de suporte especializado.
- V. Formato do Treinamento:
 - a) O treinamento será ministrado presencialmente ou de forma remota, conforme necessidade da administração pública para até 10 (dez) servidores municipais.
 - b) Deverá incluir material didático completo, manuais operacionais e simulações práticas para fixação do aprendizado.
 - c) Capacitações periódicas poderão ser exigidas para atualização tecnológica dos servidores.

3.3.6 REQUISITOS GERAIS

3.3.6.1 As soluções contratadas deverão estar em conformidade com as normativas vigentes da ANATEL, ABNT e padrões internacionais de telecomunicações, incluindo ITU-T, IEEE, ISO e EIA/TIA, bem como outras regulamentações aplicáveis às áreas envolvidas na contratação.

3.3.6.2 Redundância automática por meio de failover entre as tecnologias disponíveis, garantindo que os serviços essenciais não sejam interrompidos.

3.3.6.3 Outorga ANATEL: A empresa contratada deverá possuir autorização da ANATEL para prestação dos serviços.

3.3.6.4 O serviço deverá apresentar disponibilidade mínima de 99,5% ao ano, com indisponibilidade máxima de 4 horas/mês.

3.3.6.5 Deverá ser fornecido um link principal e um link redundante, ambos de fibra óptica, providos por operadoras distintas.

3.3.6.6 O serviço deve incluir gerenciamento ativo e monitoramento em tempo real, com:

- a) Relatórios detalhados de tráfego, incidentes e desempenho.
- b) Alertas para falhas e tentativas de acessos indevidos.
- c) Registro e rastreamento das atividades nos sistemas.
- d) Capacidade de relatórios e logs centralizados para auditoria, garantindo conformidade com a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

3.3.6.7 Gerenciamento Proativo

- a) Monitoramento remoto via SNMP (Simple Network Management Protocol) e integração com sistemas de gestão de redes (NOC – Network Operations Center).
- b) Relatórios periódicos sobre uso de banda, disponibilidade do link, latência, jitter, perda de pacotes e detecção de incidentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

c) Alertas automáticos para falhas e degradação de desempenho, com SLA de resposta imediato para suporte técnico.

3.3.6.8 Auditoria e Monitoramento:

a) Auditorias regulares para garantir conformidade com as normas da ANATEL.

b) Monitoramento contínuo dos acessos e tráfego de rede.

3.3.6.9 Cibersegurança:

a) Aplicação de patches e atualizações para proteção contra vulnerabilidades.

b) Resposta rápida a incidentes cibernéticos, incluindo ataques DDoS.

3.3.7 DESCRIÇÃO TÉCNICA DO SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES MÓVEIS:

Gestão e análise mensal de faturas, contas e tarifas das linhas móveis, mensais:

Análise detalhada das faturas, contas e tarifas cobradas;

Identificação de possíveis erros ou cobranças indevidas;

Verificação de conformidade com os contratos estabelecidos.

A contratada, na condição de gestora de telecomunicações, deverá coordenar e efetivar a portabilidade de todas as linhas móveis existentes junto à operadora com a qual mantém contrato de prestação de serviços, conforme as informações constantes na fatura mensal disponível no setor de Finanças da Prefeitura Municipal de Araguari.

Envio de relatórios gerenciais e contas estratificadas:

Geração de relatórios gerenciais sobre os gastos com telecomunicações;

Estratificação das contas por área, departamento ou unidade para melhor compreensão dos custos.

Abertura e tratamento de chamados nas operadoras:

Abertura e acompanhamento de chamados para solicitação de reparos, ativações, retirada de serviços, resgate de chips, entre outros;

Gerenciamento dos chamados até sua resolução.

Atendimento e relacionamento com representantes e gerentes comerciais: Intermediação com representantes e gerentes comerciais das operadoras para otimização dos serviços prestados.

Assessoria técnica na utilização dos serviços de telecomunicações:

Suporte técnico e orientação aos usuários internos;

Esclarecimento de dúvidas e resolução de problemas.

Planejamento, cotação e contratação de serviços:

Elaboração de planos estratégicos para as necessidades de telecomunicações da Prefeitura;

. Realização de cotações para obtenção das melhores condições de serviço e preço.

Visitas presenciais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

Disponibilidade para visitas presenciais conforme necessidade da Prefeitura;

Realização de reuniões ou vistorias in loco.

Pacotes de voz: Ligações ilimitadas para qualquer telefone fixo ou móvel em todo o território nacional.

Pacotes de dados: Pacotes de dados individuais por linha, com ciclo mensal e renovação na data de corte da fatura, com franquia de dados móveis acumulativos possibilitando o acúmulo da franquia de dados para uso posterior.

Parâmetros Gerais da Contratação: A contratada deverá estar legalmente credenciada pela ANATEL para comercializar serviço de telefonia móvel, inclusive via MVNO.

Documentação e Conformidade: A empresa contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, laudos técnicos, certificados de conformidade e demais documentos comprobatórios relacionados à execução dos serviços. Também deverá fornecer qualquer documentação adicional requisitada pela Prefeitura ou por órgãos fiscalizadores, em tempo hábil para análise e aprovação.

Despesas e Encargos: A empresa contratada será integralmente responsável por todas as despesas e encargos decorrentes da execução do contrato, incluindo custos trabalhistas, previdenciários, tributários e civis. Além disso, deve garantir conformidade com todas as exigências regulatórias e cumprir as obrigações legais vigentes, assumindo eventuais penalidades por descumprimento.

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;

O Edital da Licitação;

A Proposta do contratado;

E demais anexos dos documentos supracitados.

3.4 OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

3.4.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

3.4.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

3.4.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

3.4.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

3.4.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

3.4.6 É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

3.4.7 A Contratada deverá exigir de sub operadores e subcontratadas o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

3.4.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo A Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

3.4.9 A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

3.4.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

3.4.11 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

3.4.12 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

3.4.13 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

3.4.14 O sistema deverá estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a segurança, integridade e confidencialidade dos dados pessoais tratados, armazenados ou processados.

3.4.15 A Contratada deverá assegurar mecanismos que viabilizem a proteção de dados pessoais, com funcionalidades que garantam:

- a) Criptografia e proteção dos dados armazenados e transmitidos;
- b) Controle de acesso, baseado em níveis de permissão, de modo a limitar a visualização e o processamento de dados pessoais apenas a usuários autorizados;
- c) Registro e rastreabilidade de todas as operações realizadas no sistema, especificando usuário, data, hora, endereço IP e a operação efetuada.

3.4.16 O sistema deverá permitir o atendimento aos direitos dos titulares de dados, conforme previstos nos artigos 17 a 22 da LGPD, incluindo:

3.4.17 Relatórios para consulta e exportação dos dados pessoais armazenados, quando solicitados pelo titular;

3.4.18 Funcionalidades que permitam a retificação, eliminação ou anonimização de dados pessoais nos termos da lei;

3.4.19 Registro de consentimento de titulares, quando aplicável, com a possibilidade de auditoria sobre a data e forma de obtenção.

3.4.20 A Contratada deverá implementar mecanismos que garantam a segurança cibernética, evitando vazamentos, acessos não autorizados ou incidentes de segurança, nos termos do artigo 46 da LGPD.

3.4.21 Em caso de incidente de segurança envolvendo dados pessoais, a Contratada deverá notificar a Contratante imediatamente, com prazo máximo de 24 horas, informando as circunstâncias do incidente, os dados afetados e as medidas tomadas para mitigação.

3.4.22 O sistema deverá assegurar a não retenção indevida dos dados pessoais após o encerramento do contrato, devendo prever a exclusão segura ou devolução dos dados à Contratante no momento de rescisão contratual, conforme determinação legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

3.4.23 Todas as funcionalidades e práticas implementadas pela Contratada deverão atender às exigências de privacidade e proteção de dados, respeitando as diretrizes estabelecidas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e demais regulamentações aplicáveis.

4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO EM LOTE

4.1 Considerando aspectos técnicos, operacionais e econômicos, e em conformidade com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, a contratação dos serviços de conectividade e telefonia foi estruturada em um lote, de modo a garantir a integração, compatibilidade e padronização do objeto.

4.2 A legislação vigente orienta que o fracionamento deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso. No entanto, o parcelamento não pode comprometer a funcionalidade, eficiência e continuidade dos serviços essenciais, conforme entendimento consolidado em jurisprudência dos Tribunais de Contas, como demonstram as seguintes súmulas:

Súmula nº 247 do TCU: "É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala."

Súmula nº 114 do TCE-MG: "É obrigatória a realização de licitação por itens ou por lotes, quando o objeto da contratação for divisível e a medida propiciar melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampla participação de licitantes, sem perda da economia de escala."

4.3 No caso específico da presente contratação, a divisão dos serviços de conectividade e telefonia em diferentes lotes não se mostra viável pelos seguintes motivos:

4.3.1 Razões Técnicas

4.3.1.1 O funcionamento adequado dos serviços contratados demanda integração plena entre os sistemas de conectividade e telefonia, incluindo:

- I. Compatibilidade entre os links de internet e a telefonia IP, garantindo comunicação estável e segura.
- II. Uso de equipamentos comuns para ambas as soluções (roteadores, switches, telefones IP, firewall, entre outros).
- III. Centralização das configurações e gerenciamento de rede, evitando fragmentação de responsabilidades entre fornecedores distintos.

4.3.1.2 A contratação de prestadores diferentes para cada serviço poderia gerar conflitos operacionais, como falhas de interoperabilidade, problemas na segurança da informação e inconsistências no suporte técnico, dificultando a manutenção e o monitoramento do ambiente de telecomunicações da Prefeitura.

4.3.2 Razões Econômicas

4.3.2.1 A divisão da contratação resultaria em um aumento de custos operacionais, uma vez que:

- I. Empresas distintas poderiam exigir infraestruturas redundantes, como servidores e



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

equipamentos exclusivos para cada serviço.

II. A integração de soluções distintas poderia demandar investimentos adicionais em adaptações técnicas e compatibilização de sistemas.

III. O parcelamento da contratação levaria à perda de economia de escala, aumentando os custos unitários dos serviços e dificultando a negociação de condições comerciais mais vantajosas.

4.3.2.2 A contratação integrada permite a unificação da infraestrutura e dos serviços, possibilitando gestão centralizada, otimização de recursos e redução de custos administrativos e operacionais.

4.3.2.3 Além disso, a centralização do suporte técnico em um único fornecedor reduz significativamente os riscos operacionais, garantindo respostas ágeis e soluções eficientes para eventuais falhas, sem necessidade de múltiplos chamados para diferentes empresas.

4.3.3 Exigências Regulatórias e Conformidade Legal

4.3.3.1 A necessidade de contratação unificada também se fundamenta na conformidade com normas e regulamentações da ANATEL, garantindo que a prestação dos serviços seja realizada por empresa devidamente outorgada e licenciada para atuar no setor de telecomunicações.

4.3.3.2 A segurança da informação e a proteção dos dados também são fatores determinantes para a adoção da solução integrada, pois a gestão unificada permite:

I. Aplicação de políticas de cibersegurança consistentes, sem vulnerabilidades decorrentes da fragmentação entre diferentes fornecedores.

II. Monitoramento contínuo da rede e proteção contra-ataques cibernéticos (DDoS, intrusão, vazamento de dados).

III. Atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), assegurando rastreabilidade e controle dos acessos.

4.3.4 Diante do exposto, a contratação dos serviços de conectividade e telefonia em uma licitação única, com adjudicação global a um único fornecedor, mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública. Essa abordagem assegura padronização tecnológica, integração eficiente entre os serviços de telecomunicações, maior segurança e confiabilidade operacional, além de redução de custos administrativos e operacionais por meio da economia de escala. A unificação dos serviços em um único contrato evita incompatibilidades técnicas entre diferentes fornecedores, reduz riscos operacionais e facilita a gestão contratual, garantindo que a infraestrutura de comunicação do município opere de forma integrada, contínua e eficiente. Dessa forma, a contratação conjunta está plenamente alinhada ao interesse público e em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade estabelecidos pela legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021.

4.3.5 Ainda que o processo seja contratado de forma integrada, o município terá flexibilidade para modular a implementação dos serviços conforme suas necessidades específicas, garantindo que os recursos sejam aplicados de maneira racional e eficiente, maximizando a relação custo-benefício.

4.3.6 Dessa forma, a contratação única elimina riscos operacionais, facilita a gestão dos serviços e assegura maior previsibilidade financeira e gerencial, sendo a opção mais tecnicamente viável e economicamente vantajosa para o município de DOURADOQUARA/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 As quantidades a serem contratadas foram estabelecidas com base nas necessidades específicas de cada unidade administrativa, garantindo a adequação dos serviços de conectividade e telefonia às demandas operacionais do município. A relação detalhada dos locais que receberão os serviços está disponível será disponibilizado por tecnico responsável pelo município.

5.2 A contratação dos serviços de internet será realizada no modelo por ponto de acesso utilizado, ou seja, o pagamento será efetuado com base na quantidade de pontos efetivamente ativados e operacionais nas unidades administrativas do município. Essa abordagem assegura flexibilidade na alocação dos recursos e otimização dos investimentos públicos, permitindo eventuais expansões ou ajustes conforme a necessidade da administração.

5.3 Para os serviços de telefonia, os equipamentos necessários, incluindo telefones IP, gateways e roteadores, serão fornecidos pela empresa contratada em regime de comodato, sem ônus adicional ao município. Esse formato de cessão visa assegurar a compatibilidade dos dispositivos com a infraestrutura contratada, garantindo padronização, manutenção contínua e redução de custos operacionais com aquisição de hardware.

5.4 A especificação dos pontos de telefonia, sem a indicação exata dos equipamentos necessários, justifica-se por razões técnicas e operacionais, alinhadas às melhores práticas de gestão contratual e à necessidade de garantir a flexibilidade e a evolução tecnológica da solução adotada. Diferentemente dos serviços de internet, cuja contratação se dá por ponto de acesso ativado, a telefonia deve atender a uma ampla variedade de perfis de usuários e demandas operacionais específicas de cada setor da administração municipal. Alguns setores poderão demandar telefones IP com funcionalidades avançadas, enquanto outros poderão necessitar de aparelhos mais simples ou até mesmo softphones. Dessa forma, ao permitir que a empresa contratada forneça os equipamentos mais adequados ao longo da execução do contrato (dentro dos padrões estipulados neste documento), garante-se que a telefonia municipal estará sempre alinhada às melhores práticas do mercado e aos avanços tecnológicos.

5.5 A telefonia IP exige compatibilidade total entre os aparelhos e a plataforma de PABX Virtual e SIP Trunking adotada. Como a solução será fornecida em regime de comodato pela empresa contratada, cabe ao fornecedor disponibilizar os dispositivos mais adequados para assegurar plena integração com os serviços contratados, reduzindo riscos de incompatibilidade técnica e falhas operacionais.

5.6 A empresa contratada será responsável pela implementação e manutenção da infraestrutura de segurança de rede, incluindo firewalls e soluções de proteção contra ataques cibernéticos. Todos os custos relacionados à segurança da rede, licenciamento de software e equipamentos necessários para a proteção da infraestrutura deverão estar incluídos na proposta, não sendo permitida cobrança adicional para esses serviços.

5.7 A administração municipal compromete-se a contratar, no mínimo, 90% dos pontos de internet previstos no edital e ativar pelo menos 70% dos equipamentos de telefonia cedidos em comodato. Essa previsão visa garantir a viabilidade técnica e econômica do contrato, otimizando o aproveitamento dos serviços sem comprometer a escalabilidade da solução contratada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.8 Ao permitir que a empresa contratada defina os equipamentos conforme as exigências técnicas da solução implantada, minimizam-se riscos relacionados à heterogeneidade de dispositivos e dificuldades de suporte técnico. Dessa forma, a administração municipal assegura que a manutenção e o suporte dos aparelhos estarão sob responsabilidade única do fornecedor, evitando custos adicionais e garantindo maior eficiência na resolução de eventuais problemas.

5.9 A não especificação detalhada dos equipamentos de telefonia no edital não compromete a transparência ou a competitividade da licitação, mas sim amplia a flexibilidade operacional e otimiza a aplicação dos recursos públicos. A administração municipal mantém controle total sobre a quantidade de pontos necessários, ao mesmo tempo que assegura que os dispositivos serão fornecidos em comodato pelo fornecedor, garantindo padronização, suporte técnico e alinhamento tecnológico com as melhores práticas do setor.

5.12 Essa obrigação visa garantir a plena operacionalidade da telefonia IP contratada, assegurando que todas as unidades contempladas disponham de números ativos e configurados de acordo com as necessidades da administração municipal, eliminando quaisquer impactos na comunicação institucional.

5.13 A definição dos valores foi fundamentada em um levantamento de mercado devidamente documentado, que contemplou referências de preços médios praticados por fornecedores qualificados nos serviços de fornecimento, implantação, suporte e manutenção de infraestrutura de telecomunicações, garantindo alinhamento às exigências normativas e às necessidades operacionais do município.

5.14 Custo Estimado da Contratação

- Serviços de Conectividade e Internet: R\$ 8.638,88 (oito mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e oito centavos mil reais) por mês.
- Serviços de Telefonia Fixa e Móvel: R\$ 1.221,29 (Hum mil duzentos e vinte e um reais e vinte e nove centavos mil reais) por mês.

5.15 A estimativa de custos considerou os investimentos necessários para garantir disponibilidade, segurança e qualidade dos serviços contratados, incluindo infraestrutura de rede, telefonia IP, suporte técnico especializado, equipamentos em comodato e atendimento aos requisitos técnicos especificados no Termo de Referência.

5.16 O modelo de contratação adotado permite um planejamento financeiro eficiente, assegurando a previsibilidade dos custos e a sustentabilidade da operação durante a vigência do contrato.

5.17 Destaca-se que cada item possui um valor unitário e que o Município realizará o pagamento conforme a efetiva utilização ou aquisição dos serviços e equipamentos contratados.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 A execução do contrato deverá ser realizada em conformidade com as disposições constantes nos itens 1, 7 e 8 deste Termo de Referência.

7. MODELO DE GESTÃO E DE FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1 A gestão do contrato será realizada pelo servidor Maria das Graças Teles Lourenço, conforme portaria nº 02 de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

7.2 A fiscalização do contrato será realizada pelos servidores Jéssica Costa Ferreira Fernandes Leite, Verina da Costa Cardoso Pereira e Fabiano de Faria Cruz, conforme portaria nº 023 de 2026.

7.3 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização do contrato deverão observar as disposições constantes no Decreto Municipal nº 01/2024 e Decreto Municipal nº 02/2024.

8. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO

8.1 A empresa contratada deverá garantir suporte técnico ininterrupto (24 horas por dia, 7 dias por semana), assegurando a disponibilidade plena dos serviços de conectividade, telefonia e segurança de rede. O suporte deverá ser prestado por meio de múltiplos canais, incluindo atendimento via telefone 0800, portal web e chat, conforme padrões técnicos estabelecidos no Termo de Referência.

8.2 O tempo máximo de resposta para falhas críticas, que comprometam a operação dos serviços essenciais, deverá ser de até 4 (quatro) horas, contadas a partir da abertura do chamado técnico. Serão consideradas falhas críticas:

- a) Interrupção total da conectividade IP dedicada ou falha generalizada nos links de fibra óptica;
- b) Queda de internet que afete o funcionamento dos órgãos municipais;
- c) Indisponibilidade total da telefonia fixa IP ou móvel, impossibilitando a comunicação da administração pública;
- d) Falha na solução de segurança de rede (firewall), resultando em vulnerabilidades que possam comprometer a integridade dos dados municipais.

8.3 As falhas de médio impacto, que não impeçam o funcionamento geral dos serviços, mas que comprometam parcialmente o desempenho da rede ou da telefonia, deverão ser resolvidas no prazo máximo de 8 (oito) horas.

8.4 As falhas de baixo impacto, como ajustes e configurações operacionais que não afetem diretamente a prestação dos serviços, deverão ser corrigidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

8.5 A contratada deverá manter um sistema de monitoramento contínuo da infraestrutura de telecomunicações, garantindo a detecção proativa de falhas e a geração automática de alertas para a equipe técnica responsável.

8.6 Todas as solicitações de suporte deverão ser registradas em sistema informatizado, assegurando rastreabilidade, controle e auditoria dos chamados, com acesso da administração municipal ao histórico de atendimento.

8.7 A empresa contratada deverá disponibilizar relatórios periódicos de desempenho e manutenção, evidenciando a qualidade dos serviços prestados, o cumprimento dos prazos de atendimento e as ações corretivas adotadas para a solução de incidentes.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com a adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE. A contratação será realizada sob o regime de Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis.

9.2 O Sistema de Registro de Preços (SRP) permitirá à Administração Municipal a



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

aquisição dos serviços conforme demanda, garantindo flexibilidade para a contratação dos quantitativos necessários dentro do período de vigência da ata.

9.3 A licitação terá lote único, englobando os serviços de conectividade, telefonia fixa e móvel, segurança de rede e demais soluções especificadas no Termo de Referência, assegurando a padronização tecnológica, a eficiência operacional e a economicidade.

9.4 O julgamento pelo menor preço por lote garantirá a contratação de uma única empresa para a prestação dos serviços, evitando fragmentação da infraestrutura e otimizando a gestão do contrato.

9.5 Para facilitar a aquisição, acréscimos e reajustes durante a vigência do contrato, cada item terá um valor unitário individualmente especificado na ata de registro de preços, permitindo maior controle orçamentário e previsibilidade nos ajustes contratuais.

9.6 Os fornecedores interessados deverão atender integralmente às especificações técnicas e requisitos operacionais descritos neste Termo de Referência, sendo vedada a subcontratação integral do objeto licitado.

9.7 A ata de registro de preços terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente, e os quantitativos registrados poderão ser adquiridos conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de aquisição total dos itens.

9.8 O fornecimento dos serviços e equipamentos será efetuado mediante a emissão de ordens de fornecimento ou de serviço, observadas as condições estabelecidas na ata de registro de preços e no contrato.

9.9 A empresa vencedora deverá garantir a manutenção dos preços ofertados durante toda a vigência do registro de preços, salvo eventuais revisões devidamente justificadas e aceitas pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

10. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

10.1 Ato Constitutivo;

10.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede ou;

10.3 Ato constitutivo - Estatuto ou Contrato Social - e alterações em vigor, devidamente registradas e arquivadas na repartição competente, para as Sociedades Comerciais, e, em se tratando de Sociedades por Ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

10.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de Sociedades Cíveis, acompanhada de prova da diretoria em exercício, ou;

10.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresas ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.6 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br, ou;

10.7 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou;

10.8 Certidão Simplificada, Ou Simplificada Digital da Junta Comercial, com data de



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

emissão máxima de 90 (Noventa) dias, para fins de comprovação da condição de Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP);

10.9 Prova de Inscrição no CNPJ. O documento deverá ser expedido no máximo 90 (Noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

10.10 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal em vigor;

10.11 Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT conforme lei 12.440, de 07 de julho de 2011, em vigor;

10.12 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, incluindo os Débitos Previdenciários, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certidão negativa ou positiva com efeito negativa, em vigor;

10.13 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;

10.14 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Município, Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativa, em vigor;

10.15 Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso o documento não declare sua validade somente será aceito documento expedido no máximo 90 (noventa) dias antes da data do recebimento dos envelopes;

10.16 Documento de identificação dos sócios da empresa com número do CPF e RG;

10.17 Declaração expressa de que a licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada por sócio, diretor ou procurador que tenha poderes para tal investidura;

10.18 Declaração de enquadramento de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso;

10.19 Declaração de atendimento pleno a todos os requisitos de habilitação;

10.20 Qualificação Técnica

10.20.1. Devido à natureza técnica dos serviços, as empresas licitantes, deverão comprovar que possuem qualificação técnica e pessoal adequado para a execução dos mesmos. Estas exigências têm a finalidade de aferir a aptidão técnica do licitante conferindo segurança à Administração Pública de que o mesmo possui pleno conhecimento técnico para a execução do contrato, caso se sagre vencedor do certame.

10.20.1. Para comprovação de qualificação técnica, as licitantes deverão apresentar, na habilitação, um comprovante da Capacidade Operacional da Empresa para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em serviços com características semelhantes ao objeto definido neste Termo de Referência.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1 Receber os serviços e equipamentos contratados dentro dos prazos e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, garantindo que as entregas e implantações sejam efetuadas conforme planejado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

11.2 Avaliar minuciosamente, no prazo estabelecido, a conformidade dos serviços prestados e equipamentos fornecidos com as especificações do Termo de Referência, garantindo que atendam aos requisitos técnicos e operacionais previstos no contrato.

11.3 Notificar formalmente a Contratada sobre falhas, imperfeições ou não conformidades nos serviços prestados ou nos equipamentos fornecidos, exigindo as devidas correções, substituições ou ajustes, sem custos adicionais para a Administração.

11.4 Designar equipe ou servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do contrato, garantindo que os serviços de telecomunicações, conectividade e telefonia sejam prestados conforme as condições contratuais.

11.5 Efetuar o pagamento pelos serviços prestados e equipamentos fornecidos dentro dos prazos e condições estabelecidos no Edital e seus anexos, respeitando as etapas de medição, aceitação e liquidação da despesa.

11.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que relacionados à execução do contrato, nem por danos causados a terceiros em decorrência de ações da Contratada, seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.7 Disponibilizar acesso às dependências municipais para a instalação, manutenção e monitoramento dos serviços contratados, sempre que necessário para a execução adequada do objeto.

11.8 Fornecer informações e acessos necessários para a implementação dos serviços de conectividade, segurança de rede, telefonia e demais itens do objeto, viabilizando a integração da infraestrutura contratada com os sistemas municipais.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1 A Contratada deve cumprir integralmente todas as obrigações previstas no instrumento convocatório, seus anexos e na proposta apresentada, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto.

12.2 Efetuar a entrega, instalação e configuração dos serviços e equipamentos contratados em perfeitas condições, conforme especificações técnicas, prazos e locais definidos no Termo de Referência e seus anexos.

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da prestação dos serviços ou fornecimento de equipamentos, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), devendo corrigir, reparar ou substituir os itens defeituosos sem ônus para a Administração.

12.4 Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas e no prazo estabelecido no Termo de Referência, quaisquer falhas ou defeitos identificados nos serviços ou equipamentos fornecidos, incluindo problemas de conectividade, telefonia e segurança de rede.

12.5 Indicar formalmente um preposto responsável por representar a empresa durante a execução do contrato, assegurando a comunicação eficiente com a Administração.

12.6 Cumprir todas as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Prefeitura Municipal de DOURADOQUARA/MG e demais locais onde os serviços serão instalados e mantidos.

12.7 Responder por quaisquer danos causados diretamente à Prefeitura Municipal de DOURADOQUARA/MG ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução dos serviços contratados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pela Administração.

12.8 Assumir total responsabilidade por danos causados a bens de propriedade da



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

Prefeitura Municipal de DOURADOQUARA/MG, caso esses tenham sido ocasionados por seus empregados, subcontratados ou equipamentos utilizados na execução do contrato.

12.9 Efetuar a troca imediata de equipamentos considerados inadequados ou sem condições de uso, no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, contado a partir do recebimento da comunicação expedida pelo setor competente da Administração.

12.10 Informar à Prefeitura Municipal de DOURADOQUARA/MG, por escrito, qualquer anormalidade técnica, operacional ou de segurança que comprometa a execução do contrato, bem como prestar esclarecimentos quando solicitado pela Administração.

12.11 Garantir que, durante toda a execução do contrato, a empresa mantenha as mesmas condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e na assinatura do contrato, incluindo regularidade fiscal, trabalhista e técnica.

12.12 A Contratada será responsável por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, isentando a Administração de qualquer vínculo empregatício com seus funcionários, prepostos ou subcontratados.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município na seguinte dotação:

Ficha 57 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Departamento de Finanças – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica,

Ficha 103 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Secretaria de Educação – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica,

Ficha 201 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Assist. Hosp. e Ambulatorial – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 154 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Da Secretaria de Saúde – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 275 Fonte 1500 – Promoção da Agricultura e Pecuária – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 399 Fonte 1500 – Manut. Das Ativ. Secretaria assist. Social – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 86 Fonte 1500 - Manut. Das Ativ. Secretaria assist. Social – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 130 Fonte 1500 - Manut. Das Ativ. Educação Infantil – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 372 Fonte 1500 - Manut. Das Ativ. Secretaria de Turismo – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 364 Fonte 1500 - Manut. Das Ativ. Lazer e Esportes – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 378 Fonte 1500 – Promoção e Apoio a Eventos Culturais - Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica

Ficha 485 Fonte 1500 – Manut. Artiv de Fiscalização Meio Ambiente – Outros Serv. De Terceiros Pessoa Jurídica



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

Douradoquara - MG, 09 de Março de 2026.

Valtemar Marques Soares
Secretario de Adm. e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO II – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato Administrativo nº/.....

Processo Licitatório nº /2026 Pregão Eletrônico nº /2026

O MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA/MG, inscrito no CNPJ n.º 18.158.261/0001-08, neste ato representado por seu Prefeito, o Sr. **Flávio Resende de Sousa**, doravante designado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro lado a EMPRESA/LICITANTE, CNPJ/ CPF n.º, estabelecida na cidade de na , que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), CPF nº, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si, justo e contratado e celebram, por força do presente instrumento, atendendo ao disposto no artigo 53 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, em conformidade com o constante do **Processo Licitatório nº 0XX/2026, Pregão Eletrônico nº 0XX/2026** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE** o presente CONTRATO, que reger-se-á pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, Decretos Municipais nº XXX/2023 e nº XXX/2023, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOLUÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES, INCLUINDO SERVIÇOS DE CONECTIVIDADE IP DEDICADA E LINKS DE COMUNICAÇÃO VIA FIBRA ÓPTICA, GERENCIAMENTO DE REDE COM PROTEÇÃO CONTRA ATAQUES DDOS, FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET BANDA LARGA PARA ÁREAS URBANAS E RURAIS, AQUISIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SOLUÇÃO DE SEGURANÇA DE REDE NEXT GENERATION FIREWALL (NGFW), FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E LICENÇAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA COMUTADA IP COM ESTRUTURA DE COMUNICAÇÕES UNIFICADAS E PABX EM NUVEM, SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP) PÓS-PAGO COM TECNOLOGIA 4G OU SUPERIOR, ALÉM DA IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE REDE SEM FIO CORPORATIVA, GARANTINDO SUPORTE TÉCNICO CONTÍNUO, CONFORMIDADE COM AS NORMAS DA ANATEL E ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE DOURADOQUARA/MG**, conforme itens constantes do Termo de Referência anexo I, partes integrantes deste instrumento, em quantitativos a serem informados pela contratante, através de requisições.

Parágrafo primeiro – É facultado à CONTRATANTE o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, na forma do Art. 104 da Lei 14.133/21.

Parágrafo segundo – Os quantitativos previstos poderão ser acrescentados ou suprimidos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), sobre o valor inicial do contrato, conforme Parágrafo primeiro, do Artigo 125, da Lei n.º 14.133/21.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

Parágrafo terceiro – A aquisição dos produtos obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como as disposições constantes dos documentos adiante enumerados, que integram o **Processo Licitatório nº 0XX/2026, Pregão Eletrônico nº 0XX/2026**, e que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato, no que não o contrariarem:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E DA CONTRATANTE

2.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E EXTENSÃO

3.1 O contrato vigorará conforme o Termo de Referência, podendo ser prorrogado, de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei 14.133/21 e legislação correlata, por meio de termo aditivo.

3.2 O Município reserva para si o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços ofertados, obedecido o disposto no artigo 124 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 A Prefeitura Municipal de DOURADOQUARA-MG pagará à Contratada os valores correspondentes aos serviços efetivamente prestados, de acordo com os itens registrados na Ata de Registro de Preços e conforme as quantidades adquiridas durante a vigência do contrato.

5.2 A contratação será dividida em dois lotes, conforme a estrutura especificada no Termo de Referência:

- I. Lote 1: Serviços de Conectividade e Internet, abrangendo conectividade IP dedicada, links de comunicação via fibra óptica, segurança de rede (NGFW), gerenciamento contra-ataques DDoS, infraestrutura de rede sem fio corporativa e interligação dos pontos da Prefeitura via VPN MPLS.
- II. Lote 2: Serviços de Telefonia Fixa e Móvel, incluindo telefonia IP com PABX em nuvem, serviço móvel pessoal (SMP) pós-pago 4G ou superior, portabilidade numérica, fornecimento e instalação de equipamentos em comodato e cabeamento estruturado.

5.3 Os valores unitários de cada item estarão separadamente especificados na Ata de Registro de Preços, permitindo a aquisição parcial conforme a necessidade da administração, além de possibilitar acréscimos, reajustes e ajustes de quantidades dentro dos limites estabelecidos na legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

5.4 O pagamento será realizado com base nos serviços efetivamente executados e nas quantidades adquiridas, conforme solicitação da Prefeitura e emissão das respectivas ordens de fornecimento.

5.5 Nos valores contratados estarão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas, tais como tributos, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxa de administração, frete, seguro e quaisquer outros custos necessários ao cumprimento integral da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Comete infração administrativa o licitante que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.1 Considera-se comportamento inidôneo, para fins do inciso X do artigo 155 da Lei 14.133/21 entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

6.2. O licitante que cometer qualquer das infrações discriminadas no artigo 155 da Lei 14.133/21 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por dar causa à inexecução parcial do contrato (Art 155, inciso I, da Lei 14.133/21), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante, por qualquer das infrações constantes no artigo 155 da Lei 14.133/21.
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos incisos II a VII do artigo 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos incisos VIII a XII do artigo 155 da Lei 14.133/21, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

6.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (§9º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.4. Todas as sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (§7º do art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

6.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.33, de 2021).

6.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante o Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (§8º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

6.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.9. Na aplicação das sanções serão consideradas (§1º art. 156, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.10. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

6.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observado, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.33, de 2021).

6.13. O Contratante deverá no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

Executivo Federal (art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.15. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos Anexos a este Aviso.

CLÁUSULA SETIMA - DA RESCISÃO

7.1 O presente contrato/ata poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21.

7.2 Na ocorrência de rescisão, por conveniência administrativa, a CONTRATADA será notificada.

CLÁUSULA OITAVA- DA VALIDADE E PUBLICAÇÃO

8.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA NOVA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Servidor designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

10.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

10.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

10.3 Juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, deverão ser apresentadas cópias dos comprovantes de recolhimento dos encargos previdenciários relativos ao pessoal alocado para o desenvolvimento do objeto do Contrato, sem as quais os pagamentos não serão efetuados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO REAJUSTAMENTO E DO REEQUILÍBRIO

11.1 As regras acerca do reajustamento e do reequilíbrio são as estabelecidas no Termo de Referência, devendo ser observadas, em qualquer caso, as seguintes:

11.2 As alterações de preços obedecerão às seguintes regras:

- I. O preço não poderá ultrapassar o praticado no mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

II. O Órgão Gerenciador poderá aumentar o preço inicialmente registrado no contrato, caso haja pedido do fornecedor e devendo obedecer ao que se segue:

- a) ao deferir o pedido a que dispõe o inciso II, deve, preferencialmente, manter a diferença percentual apurada na época da licitação entre o preço ofertado pelo licitante e o preço de mercado;
- b) O Órgão Gerenciador deve considerar o valor solicitado pelo fornecedor como o máximo que pode ser alcançado nesta revisão;
- c) O Órgão Gerenciador poderá deferir valor menor daquele solicitado pelo fornecedor;
- d) O indeferimento do pedido de revisão a que dispõe o inciso II, não desobriga o fornecedor do compromisso assumido nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

11.3 A exceção à regra prevista no inciso II, alínea "a", deverá ser devidamente justificada no processo administrativo.

11.4 O fornecedor não será liberado do compromisso assumido ainda que os preços de mercado venham a se tornar superior ao registrado.

11.5 O preço registrado poderá ser revisto de ofício pelo Órgão Gerenciador em decorrência de eventual redução do valor praticado no mercado, ou de fato que eleve o custo do item registrado.

11.6 As solicitações de reajuste e/ou reequilíbrio devem ser enviadas através do correio eletrônico ou através de protocolo no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de DOURADOQUARA/MG, situado à Rua Artur Bernardes, nº 170 – Bairro Centro – DOURADOQUARA/MG aos cuidados do gestor de contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

14.1 As despesas decorrentes com o objeto desta licitação constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1 As regras da garantia constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1 As partes garantem que tomarão todas as medidas de segurança, de governança e boas práticas no tratamento de dados e informações. A adequação das medidas deverá levar em conta a Lei 13.709/18 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), e diretrizes, padrões técnicos e boas práticas à serem determinadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, o que poderá incluir selos, certificados e códigos de conduta regularmente emitidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

17.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.4 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.5 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.6 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.7 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.8 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

19.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

19.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça de DOURADOQUARA/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução desta contratação que não puderem ser compostos pelos meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias (arbitragem, mediação, conciliação ou Comitês de Resolução de Disputas (dispute boards)) conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, para firmeza e como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, foi lavrado o presente Termo de contrato, que depois de lido e achado conforme, é assinado, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, pelas partes CONTRATANTES, tendo sido arquivado no Município de DOURADOQUARA, com registro de seu extrato, e dele extraídas as cópias necessárias.

DOURADOQUARA, ____ de _____ de 2025.

FLÁVIO RESENDE DE SOUSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA

CONTRATADA

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA (papel timbrado da licitante)

O pregoeiro e equipe de apoio Prefeitura Municipal de Douradoquara – MG, PREGÃO ELETRÔNICO Nº **/2026 Pelo presente instrumento, a empresa , CNPJ nº , com sede na..... , através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

3) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é(sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura do Contrato.

4) Declaramos para os devidos fins que nenhum sócio desta empresa exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública.

5) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

6) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone:

7) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

8) Nomeamos e constituímos o senhor (a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da Contrato, referente ao Pregão Eletrônico n.º **/2026 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

.....,,de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOQUARA/MG

Av. Antônio Davi Ramos, nº 340 - Centro

38.530-000 – Estado De Minas Gerais - CNPJ – 18.158.261/0001-08

ANEXO – IV MODELO- PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(uso obrigatório por todas as licitantes em (papel timbrado da licitante)

A empresa, estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº, neste ato representada por, cargo, RG....., CPF, (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2026 de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

Item	Quant.	Un	Especificação	Valor Unit	Valor Total

Informar valores unitários e totais/ percentual de desconto ofertado; Informar especificação do produto/serviço; Informar que a proponente obriga-se a cumprir todos os termos da Nota de Empenho a ser firmada com a vencedora do certame. Informar que a validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO. Nos preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)